

Voar

Flying

Anamaria Marcon Venson¹

anamariamarcon@yahoo.com.br

Joana Maria Pedro²

joanamarca.pedro@gmail.com

Resumo: Partindo do aporte metodológico da História Oral e dos conceitos filosóficos “discursividade” e “processos de subjetivação”, este artigo é uma história de como se constroem formas legítimas de feminilidade. Gênero é a categoria de análise central, que aparece articulada às categorias classe social, raça/etnia/nacionalidade e geração. Analisamos quatro narrativas de projetos migratórios planejados por mulheres do sul catarinense, região conhecida pelo intenso fluxo internacional de pessoas desde o final do século XX, comparando-as com as perspectivas de suas antepassadas, mulheres que migraram da Europa para o Brasil no final do século XIX. Mostramos que houve, no passar de um século, grande ampliação das possibilidades de existência para as mulheres e que tais mudanças apontam para o fato de que os sentidos de ser mulher se modificam na história e que as formas de feminilidade são construídas historicamente.

Palavras-chave: história das mulheres, formas legítimas de feminilidade, narrativas de projetos migratórios.

Abstract: Guided by an Oral History methodological narrative approach and by the theoretical concepts of “discourse” and subjective processes”, this article examines the construction of legitimate forms of femininity. Gender is a central category of analysis and is studied through categories of social class, race/ethnicity/nationality and generation. Specifically, we analyze four narratives of migration projects planned by women from the southern Santa Catarina province in Brazil, a region known for high levels of international migration since the late twentieth century. These are then compared with the perspectives of their foremothers, women who migrated from Europe to Brazil in the late 19th century. In the passing of a century, we show that there were great expansion possibilities of existence for women and that these changes point to the fact that the meaning of being a woman is modified in history and that the forms of femininity are historically constructed.

Keywords: women’s history, legitimate forms of femininity, narratives.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História; bolsista CNPq.

² Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História e do Instituto de Estudos de Gênero.

*Ela tem que se movimentar, se movimentar, puxou a mim,*³ nos disse Francesca, 64 anos de idade, sobre sua filha. Aqui vamos contar uma história sobre os projetos migratórios de quatro mulheres do sul catarinense, região conhecida pelo intenso fluxo internacional de pessoas desde o final do século XX.

Há pouco mais de um século, as antepassadas de Francesca e as das demais narradoras desta história vieram da Europa para o Brasil acompanhando seus pais ou maridos para “colonizar” o país. Naqueles tempos, esperava-se que as mulheres fossem boas donas de casa, esposas trabalhadoras e mães zelosas, filhas obedientes, afeitas à domesticidade, que vivessem circunscritas ao lar, confinadas nos interiores da propriedade dos homens da família. Hoje, as coisas são muito diferentes. As mulheres têm profissão, são mais escolarizadas, escolhem com quem casar e descasar, podem ter seus próprios bens e seu próprio passaporte de viagem.

Essas drásticas mudanças são tributárias dos movimentos feministas que se desenvolveram ao longo do século XX. No idô século XIX, ser mulher tinha um sentido bem preciso: ser feminina era se adequar aos papéis de filha, esposa e mãe. Essas eram as formas legítimas de feminilidade. Em nosso tempo, as mulheres elaboram um sentido de si muito distinto daquele: não precisam ser esposas presas a um marido ou mães confinadas no lar para se identificarem como mulheres.

Uma história dessas mudanças é o que vamos contar aqui. Entrevistamos quatro mulheres do sul catarinense que viveram experiências migratórias internacionais para comparar suas perspectivas com as histórias daquelas mulheres migrantes do século XIX, suas antepassadas, pretendendo mostrar como os sentidos de ser mulher se modificam com o passar dos tempos.

Para contar uma história de como nossas narradoras pensaram seus projetos migratórios, preferimos utilizar o arsenal teórico foucaultiano, que sugere a investigação dos discursos que deram visibilidade e que tornaram dizível certa prática. Em tal metodologia aplicada à pesquisa histórica, *discurso* tem um sentido técnico particular. Não significa *o que é dito* (Veyne, 2008). Discurso, aqui, é entendido como prática, pois é a prática que determina os objetos, e não o contrário; e só existe o que é determinado, afinal, as coisas não existem fora das práticas (Foucault, 2004). Por esse ângulo, *mulher, mulheres e feminilidade* são práticas datadas e dimensionadas por relações de poder, e

não um dado em essência. Estamos entendendo *relações de poder* como aparecem em Foucault (1998): instáveis e possíveis de reversibilidade, disputas, embates, jogos estratégicos pelos quais indivíduos⁴ livres procuram se conduzir e determinar a conduta das outras pessoas.

Para Linda Nicholson (2000), nossas propostas sobre as mulheres surgem de nossos lugares na história e na cultura, são atos políticos que refletem os contextos nos quais estamos e os futuros que gostaríamos de ver. Assim, este trabalho não pretende ser uma elaboração imparcial e, portanto, estamos obviamente comprometidas com as implicações políticas e práticas de nossas análises, afinal, todo conhecimento é posicionado e é ferramenta de ação política. Para pensar a produção discursiva que define o que é uma mulher, o que é próprio do feminino e quais as formas legítimas de feminilidade, o gênero foi operacionalizado como categoria central, naquela perspectiva, já bastante utilizada, da afamada historiadora Joan Scott (1990, p. 12): “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Para ela, as relações de gênero se constituem com elementos simbólicos culturalmente disponíveis, que são articulados de maneira binária para representar o feminino e o masculino como conceitos fixos e atemporais.

A noção de Joan Scott de que gênero é o que constitui as “relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos” (1990, grifo nosso) pode sugerir que há um corpo *a priori* que é percebido e que significa as relações de poder. Entendemos – apropriando-nos de Judith Butler (1990), Thomas Laqueur (2001), Linda Nicholson (2000) – que tudo que se produz sobre o corpo e o sexo já contém em si uma reivindicação sobre gênero. Ainda assim, a definição de Joan Scott continua muito útil para pensar o gênero não só nas relações entre mulheres e homens e nas articulações sobre sexualidade, mas também para compreender a dinâmica social e política. Não é simplesmente porque estamos falando de mulheres que a categoria gênero será operacionalizada, mas porque estamos falando de um discurso generificado que produz sujeitas.

As mulheres que narram suas histórias neste texto produzem a si próprias como mulheres articulando a cultura de modo particular. Fazem uso de discursos hegemônicos vez e outra, mas os subvertem quando podem,

³ Quando as palavras aparecem em itálico significa que as transcrevemos *ipsis litteris* das entrevistas gravadas ou de anotações da experiência de campo. Algumas vezes, modificamos a flexão dos verbos para tornar a leitura mais fluida. Os nomes das narradoras são fictícios.

⁴ A utilização dos substantivos flexionados no gênero feminino, no decorrer do texto, é uma escolha política. Fazemos isso para chamar atenção ao fato de que, quando se pretende o neutro, utiliza-se o masculino. A pretensa neutralidade, portanto, tem gênero: o masculino. Sempre que não for possível utilizar um substantivo sobrecômico (de gênero invariável), utilizaremos substantivos e demais classes gramaticais devidamente flexionadas no feminino para designar a coletividade e para conceitos filosóficos. Esperamos que aqueles e, porventura, aquelas que não concordam com essa opção reconheçam o fato de que somos duas autoras mulheres e estamos fazendo um exercício de nos incluir na linguagem que nós próprias produzimos.

transgridem padrões normativos e inventam formas novas de feminilidade. Uma mulher é o que é na cultura e o que procuramos neste trabalho é mostrar como as mulheres que entrevistamos se constituem nos processos de rememoração de suas experiências migratórias de um modo bastante diverso de suas antepassadas, também migrantes.

Este texto é, portanto, uma produção de seis autoras⁵ ativas: duas propositoras que escrevem norteadas por um método acadêmico analítico e quatro mulheres que nos contaram suas experiências migratórias norteadas por um jogo de perguntas elaboradas por nós. Tudo aqui é intencional e montado especialmente para uma situação determinada: estamos tratando de discursos fabricados para uma circunstância específica - o encontro entre perguntadora e perguntada -, discursos esses que produzem subjetividades e trazem à cena práticas de si. Entendemos o ato de rememorar como um processo provocado pela proposta da pesquisadora e que é, em si, um modo de subjetivação (Venson e Pedro, 2012). Não temos expectativas de que as memórias, construídas no jogo de perguntas e respostas como fontes de pesquisa, nos desvelem um real, pois estamos persuadidas de que elas fabricam verdades e são mecanismos repletos de intenções e estratégias. A questão não é procurar a *versão mais verdadeira*, não é procurar, nas fontes, uma pista do que aconteceu na realidade, porque estamos entendendo que as memórias que pesquisamos, e que tratamos metodologicamente como discursos/práticas, são a realidade: elas *dizem* a sujeita que fala, produzem a sujeita falante, têm materialidade (Foucault, 1998, 2011a, 2011b).

Michelle Perrot (1991) abriu o texto “Sair” na obra *História das Mulheres no Ocidente* parafraseando uma operária francesa do século XIX: “Uma mulher não deve sair do círculo estreito traçado à sua volta”, disse Marie-Reine, que se suicidou em consequência do insucesso de suas tentativas de quebrar o confinamento destinado às mulheres de sua época. Joana Maria Pedro (1994), em sua tese, *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas – Uma questão de classe*, estudou papéis normativos para as mulheres catarinenses do século XIX, mostrando uma contraposição discursiva entre as ditas mulheres honestas, aquelas “de família”, as mães, filhas e esposas confinadas no lar, e aquelas ditas desonestas, as mulheres da rua, de comportamento sexual desregrado. Marina Maluf (1995), em *Ruídos da Memória*, nos conta a história de duas mulheres pertencentes às camadas altas do grupo agrário paulista na virada do século XIX, que “repetiram a vida que já havia sido vivida por suas mães, a rotina de acompanharem os maridos carregando consigo o lar e tudo aquilo que a

vida doméstica encerrava”. Maria Ângela D’Incao (1997) contribuiu para a *História das Mulheres no Brasil* com uma explicação de como, durante o século XIX, nasceu, na sociedade brasileira, um ideal de mulher inscrito na valorização da intimidade e da maternidade, do recolhimento ao ambiente familiar, da dedicação ao marido e às crianças. Margareth Rago (1995) escreveu histórias de operárias brasileiras da virada dos séculos XIX e XX, mostrando associações entre as mulheres que trabalhavam fora do lar e a questão da moralidade social. No discurso médico e nas teorias econômicas da época, uma mãe que abandonasse o lar para trabalhar fora destruiria a família. Havia, portanto, um ideal de mulher destinada à esfera da vida privada, dependente financeiramente do pai ou do marido. Percebendo a arquitetura dessa lógica, Cécile Dauphin (1991) apontou preocupações e visões alarmistas a respeito das mulheres sós no século XIX e mostrou como as mulheres sem marido, viúvas, celibatárias, putas, lésbicas eram etiquetadas como existências problemáticas.

No século XIX, a forma legítima de feminilidade era, portanto, vivida nos interiores, no recolhimento do lar, sob a proteção do pai ou do marido. Porém, esse era um modelo idealizado. Joan Scott (1991) ensina que as mulheres sempre trabalharam, afinal, sempre houve lavadeiras, parteiras, criadas e amantes. Mas foi no século XIX que a mulher trabalhadora foi observada, descrita e documentada, debatida e colocada em contradição com a moralidade da época. O ideal da mulher mãe, passiva, rainha da esfera privada, confinada ao espaço doméstico, imobilizada se conflitava com as mulheres da rua, com as operárias, com as prostitutas, com as mulheres públicas, com as mulheres livres.

Cristina Sheibe Wolff (1991) pesquisou vidas de mulheres teuto-brasileiras na colônia de Blumenau, em Santa Catarina, e mostrou que elas trabalhavam muito, apesar de ganharem menos que os homens e de pouco participarem da vida pública. A autora explica que essas mulheres eram educadas para serem boas donas de casa e para “se fazerem respeitar”, que estavam sujeitas à autoridade paterna ou marital, mas que tinham seus poderes e influências, que muitas não se casavam e “se viravam sozinhas”, tantas outras se separavam e iam viver com outros homens, e algumas, em especial as viúvas, geriam as empresas familiares com sucesso. Porém, essas práticas eram entendidas como transgressoras e incomuns. Marlon Salomon (2002) mostrou, em um estudo de cartas de migrantes da mesma época no Vale de Itajaí, em Santa Catarina, a maneira como o pai aparecia como uma figura protetora que, mesmo distante, deveria cumprir um papel

⁵ Corroboramos com o posicionamento de Alessandro Portelli, que propõe que entendamos o texto resultante do encontro entre perguntadora e perguntada como um trabalho em coautoria. Ver: Portelli (2010, 1996).

de vigilância e controle da ordem familiar. Os homens poderiam esquivar-se do lar e manter sua autoridade legítima por meio do envio de cartas apenas, ao passo que as mulheres estavam proibidas pela moralidade da época de arranjar outros amantes mesmo em casos em que o marido se ausentasse por anos. Mas é certo que essas normas eram desobedecidas vez e outra.

As mulheres que migraram para o sul do Brasil nessa época o fizeram no bojo do projeto colonizador agrícola financiado pelo Estado brasileiro e impulsionado pelo contexto econômico e político europeu da época. Elas vieram acompanhando pais ou maridos (Bassanezi, 2012) e viviam a lógica da colonização em núcleos familiares. Era difícil uma mulher viajar só ou motivada por um projeto pessoal, e aquelas que o fizeram foram pensadas como prostitutas, como transgressoras da ordem moral (Rago, 1991; Pereira, 2004).

Apesar do longo século que distancia nossas entrevistadas dessas mulheres, uma coincidência as une. Estamos vivendo, desde os anos 1980, um período de intensa migração transnacional. Mas, desta vez, o movimento se dá em ordem inversa: do sul do Brasil para a Europa e os Estados Unidos (Assis e Campos, 2009). E como vivem, hoje, as netas, bisnetas e demais daquelas mulheres que migraram para o sul na virada dos séculos XIX e XX? Historiadoras que somos, fomos atrás delas e descobrimos um grande universo de mulheres migrantes. É difícil quantificar essa movimentação de pessoas, pois muitas o fazem irregularmente e em ciclos. Mas é certo que as narrções de nossas entrevistadas são exemplares de um intenso fluxo migratório.

Quando pensamos em migrações internacionais, quase imediatamente associamos o fenômeno a redes e à ideia de que há sempre um migrante pioneiro que prepara a viagem dos demais, enviando-lhes o dinheiro da passagem, hospedando-os em sua casa nos primeiros tempos, garantindo-lhes um emprego, auxiliando-os com a língua estrangeira e ensinando-lhes a cultura local. Diversos trabalhos acadêmicos têm focalizado o funcionamento de tais redes (Assis, 2011). Pesquisas recentes têm enfatizado que as mulheres representam, em relação aos homens, maior percentual entre as pessoas que migram para o exterior (Anthias, 2000; Assis, 2007; Piscitelli, 2007). Apesar disso, a estampa desse primeiro “desbravador” é, em geral, a imagem de um homem adulto e destemido. Essa discursividade é efeito e produto de certa configuração histórica que construiu a noção de mulheres associada à noção de passividade e imobilidade, dificultando a visualização de uma mulher no lugar de conquistadora ou exploradora; ao passo que a ideia de que homens seriam seres ativos e ágeis articulou-se na cultura como uma verdade naturalizada, encontrando eco em explicações biologizantes

sobre a sexualidade. Essas construções têm uma história e podem ser precisamente localizadas nos séculos XVIII e XIX, mas ainda ecoam de canto a canto em nossa cultura.

Aquelas mulheres do século XIX que embarcaram rumo ao sul do Brasil vestindo saias longas sobre anáguas secretas, cabelos bem amarrados, carregando seus pertences em baús de madeira deixaram poucos registros escritos. Falou-se delas nos jornais da época, nos discursos médicos, e mesmo em processos-crime. Por pouco participarem da vida pública, temos escassos registros a respeito de como elas pensavam a si próprias. Mas, e as mulheres de hoje, essas que voam vestindo calças jeans e com documento próprio, que tingem os cabelos da cor que preferem e escolhem com quem casar e descasar e se querem casar, que dizem elas de seus próprios projetos migratórios? Fomos até elas para perguntar.

Durante o ano de 2012, estivemos várias vezes no sul de Santa Catarina fazendo entrevistas, formais (com gravador e pergunta colocada) e informais (conversas livres). Escolhemos quatro relatos para análise, pois entendemos que eles se fazem roteiros exemplares da história que queremos contar.

São elas as nossas narradoras: Francesca, 64 anos, três filhas que ela *sustentou sozinha* porque se *separou* e não aceitou a *ajuda do marido*, famosa costureira de Siderópolis, que migrou para Peschiera del Garda no norte da Itália em 1998, que já tinha cidadania italiana e uma filha que a acolheu por lá nos primeiros tempos; Valquíria, 42 anos, três filhas e um filho, *separada*, construtora de casas em Içara, que migrou para Boston nos Estados Unidos em 2002 fazendo duas vezes a famosa e arriscada travessia da fronteira sul daquele país; Diana, 39 anos, natural de Criciúma, cuidadora de um filho e um esposo estrangeiro, que migrou para o norte da Itália em 1994 e lá vive até hoje; Ticiania, 33 anos, fisioterapeuta, que migrou de Criciúma para a capital dos Estados Unidos em 2002.

Primeiramente, fazemos uma importante consideração sobre a maneira como decidimos quem é migrante e quem não é. Migrar traz consigo o sentido do movimento além de fronteiras, mas nem sempre uma pessoa que cruza fronteiras é entendida como migrante. Se, por exemplo, a atriz italiana Sophia Loren decidir estabelecer residência no Brasil, ela não será entendida como migrante. Se a futebolista atacante brasileira Marta decidir viver nos Estados Unidos, ela não será uma migrante. Alguém já pensou na modelo brasileira Gisele Bündchen, que mora nos Estados Unidos, como migrante? Ou na escritora Clarisse Lispector, ucraniana naturalizada no Brasil, como migrante? A ideia de migrante traz consigo uma certa noção de classe. Quando pensamos em migrantes, pensamos em pessoas pobres. Pesquisas têm mostrado que o contingente migrante proveniente do sul catarinense se organiza, em

geral, nas “classes médias” (Assis, 2011), afinal é preciso ter algum dinheiro, ainda que emprestado de alguém de suas redes de sociabilidade, para comprar, no mínimo, um bilhete aéreo. O que queremos dizer com isso é que é muito difícil desfocar essa discursividade que se coloca como um fato: as motivações e as possibilidades de um projeto migratório internacional são sempre inscritas numa ideia de causalidade ordenada por circunstâncias econômicas. Não há como fugir disso. De fato, nossas entrevistadas se referem a fatores econômicos. Francesca, 64, conta que migrou para *poder estudar a minha filha caçula*; Valquíria, 42, conta que migrou para poder dar uma vida melhor para suas quatro crianças, que preferia *criar meus filhos tudo sozinha e não me incomodar mais* [com o ex-companheiro]; Diana, 39, diz que queria fazer um curso universitário e que esperava conseguir o dinheiro na Itália: *eu queria fazer a faculdade, né, mas faculdade tinha que ter dinheiro, daí, assim, vou lá pra Itália, trabalho dois anos, depois eu volto*; Ticiania, 33, fala do sonho de comprar um apartamento e não precisar mais morar na casa da mãe e do pai.

Mas há outras matérias para análise. Quando a ordem é migrar para conseguir dinheiro, o desejo de migrar por qualquer motivo outro encontra lugar de realização se composto ao redor da justificativa econômica. No ideário cultural do sul catarinense, *melhorar de vida, se dar bem*, significa *ganhar mais dinheiro*. O que percebemos de especial nas entrevistas escolhidas para este texto foi o fato de que, apesar de articularem motivações de ordem financeira, elas mostraram, com precisão e repetidamente, motivos outros, de outra ordem, apesar de todas as quatro entrevistadas se enquadrarem naquilo que se costuma chamar de “classe desafortunada”. Francesca, 64, era costureira e sustentava as filhas sozinha, pois o pai delas *nunca deu um real*; Valquíria, 42, trabalhava numa fábrica de roupas e tinha quatro crianças que dependiam unicamente dela; Diana, 39, era caixa de um supermercado e não tinha dinheiro para pagar a sonhada faculdade; Ticiania, 33, tinha se formado na faculdade, mas não tinha a menor perspectiva de conseguir comprar, se ficasse trabalhando no Brasil, o sonhado apartamento que lhe proporcionaria a completa independência financeira que ela imaginava.

Por certo que os projetos migratórios se fazem na intersecção de múltiplos motivos, muito além de uma perspectiva unicamente econômica. O que queremos mostrar aqui é que, diferentemente das histórias daquelas mulheres do século XIX, que migraram para *cá* acompanhando pais e maridos, as mulheres de hoje que viajam para *lá* têm outras possibilidades de existência: elas articulam outras formas de feminilidade, produzem suas subjetividades a partir de um desejo particular de migrar, de sair, são motivadas por um querer que se instala na instância do individual muito mais que provocado por circunstâncias

estruturais de suas vidas. Não migram incentivadas pelo vislumbre de uma empreitada simplesmente econômica, mas, também, por uma ansiedade de se movimentar que elas consideram própria de suas feminilidades. Nossa intenção fundamental é procurar, nesses processos de subjetivação, a história de um desejo, a maneira como se dá a constituição de sujeitas desejanças nas dobras de saber-poder, o ponto de onde emergem subjetividades desviantes, a discursividade que posicionou essas mulheres em um lugar de audácia: elas se movem, se identificam como mulheres e associam feminilidade a movimento, à atividade. Embora reconheçamos que fatores econômicos influenciam ou mesmo impulsionam as migrações dessas mulheres, queremos mostrar que seus projetos migratórios são dirigidos, também, por motivações outras, um tanto mais complexas.

Assim que lançamos nossa pergunta (*conta pra gente como foi que tu decidiu ir pra lá*), recebemos as seguintes respostas de imediato: *Eu fui pra lá pra pagar a faculdade da minha filha. Se um dia elas não tiverem um marido, não conseguirem sobreviver e ter que morar junto pra depender do marido porque tu não tem como sobreviver [...] pelo menos elas têm uma profissão e não vão morrer de fome [...] Mas aí ela se formou e eu fiquei lá. Pensei: bom, eu também quero alguma coisa pra mim* (Francesca, 64); *Eu tava separada, mas ele ficava cuidando de mim em todo lugar que eu ia. Um dia, eu fugindo dele, ele quebrou a minha perna na frente de todo mundo. Eu estava grávida. Daí eu disse: basta. [...] Meu irmão que morava nos Estados Unidos disse: vem pra cá que aqui tu muda tua vida. [...] Quando eu cheguei lá que eu fiquei livre* (Valquíria, 42); *Minhas amigas tavam tudo casando. E eu não queria casar assim jovem, novinha. E todo mundo casando. E eu assim: não, eu aqui eu não fico!* (Diana, 39); *Acho que eu já estava queimada demais aqui porque eu já tinha ficado com a metade da cidade. [...] Queria sair pra aprontar tudo de novo!* (Ticiania, 33).

Voltemos um pouco para aquelas mulheres do século XIX. Aquelas para quem o casamento era o destino esperado, para quem estava reservado o espaço doméstico, o resguardo da pureza virginal, aquelas que foram educadas para suportar o marido para todo o sempre, aquelas que deviam pedir permissão aos homens da família se quisessem ir de um lado a outro. Essas eram as normas ditadas, mas é claro que nem sempre era assim que aconteciam as coisas. Há muitas pesquisas mostrando que as mulheres tinham de fato espaços negociados de poder e influência, que desobedeciam às normas sociais e transgrediam as regras sempre que podiam. Mas jamais poderíamos imaginar uma mulher do século XIX dizendo que migrou para procurar novidades amorosas, ou para adiar o casamento, ou porque estava cansada do marido, ou para pagar a formação profissional da filha! E muito menos dizendo que

o fez sozinha! Mesmo que situações semelhantes tenham acontecido aqui ou ali naquela época, essas discursividades não eram dizíveis. E hoje são.

Essas mulheres pensaram e planejaram seus projetos migratórios motivadas por um desejo de liberdade e isso é possível dentro da configuração histórica em que vivemos no presente. Em outros tempos, tais motivações teriam sido consideradas anormais ou masculinizantes, teriam feito recair sobre elas um pesado rechaço social. Mas, hoje, essas motivações são comuns e constituem formas legítimas de feminilidade.

Um outro ponto para a análise é que localizamos nas narrativas a lógica de um ritual. Atravessar *fronteiras* não é somente um evento físico de passagem de um lugar a outro, mas um símbolo da extrapolação de limites motivada por fantasias de liberdade, assim como a ideia do desconhecido traz em si o sentido do novo, do diferente. Ticiania mostra que viajar foi, para ela, um ritual. Suas amigas estavam com ela naquele momento importante em que ela inaugurava uma nova maneira de ser: a partir daquele dia, ela não seria mais uma cidadã comum. Preparou bem sua recepção do outro lado, alinhou toda uma situação para garantir a passagem. Mesmo restringida pela dificuldade com a língua estrangeira, o único receio que ela relata é com respeito à “*Imigração*”, que poderia interromper o seu trajeto, mas, em nenhum momento, ela menciona temores e dúvidas acerca de qualquer outra coisa. Ela *segue o fluxo* e vai em frente. Valquíria, 42, ocupou a maior parte do tempo da entrevista contando detalhes do atravessamento da fronteira, das agruras, da prisão: *é coragem!*, disse algumas vezes, mostrando que aquele foi, para ela, o grande evento que a transformou em heroína. Sem negar as dificuldades específicas enfrentadas por cada uma delas, lembramos que um tanto de dificuldade faz parte da lógica de um ritual. E quanto mais dificultosa a passagem, mais importante o evento.

Analisando as menções que elas fazem aos controles migratórios no momento da passagem, não pudemos deixar de notar que, com exceção de Valquíria, 42, as outras três não relataram nenhum obstáculo institucional no atravessamento. Francesca, 64, tinha passaporte italiano; Diana, 39, era uma jovem mulher de olhos, cabelos e pele claros, além de carregar sobrenome italiano; Ticiania, 33, apesar de ter sido a única que não tinha dinheiro algum que fosse de fato seu, pois emprestou tudo de uma tia, é uma mulher muito alta, de cabelos alourados e modos contidos. Contrastando esse rol, Valquíria, 42, é uma mulher toda ela da cor castanha e de traços sensuais. Essa constatação encontra outras pesquisas que mostram que os controles migratórios são moderados por ficções de classes, de gêneros, de geração e também de raças: ser livre é mais fácil para umas que para outras, dependendo da situação. Porém, nenhum desses

impeditivos culturais entrouvrou as tentativas de nenhuma delas, pois, elas imaginaram projetos de mobilidade e os arranjaram dentro de suas possibilidades.

Um rito, uma passagem, um deslocamento dos limites são também um possível sentido dessas viagens. É como se aquele momento inaugurasse um novo modo de ser. De ser mulher. Querer migrar para um país estrangeiro traz em si uma reivindicação de liberdade. Uma mulher que desafia o que a cultura guardou para ela, uma mulher que determina para si um rumo que promete risco e aventura, uma mulher que deseja a responsabilidade de uma decisão que pertence somente a si mesma, partilha um caráter subversivo que é próprio do feminismo. Por certo que a possibilidade de uma mulher desejar e poder migrar desacompanhada da família, comum hoje e rara há cem anos, é tributária, também, dos movimentos feministas organizados que difundiram amplamente ideais libertários para as mulheres.

Essas mulheres comuns de quem falamos talvez não se reconheçam como feministas, mas elas partilham ideais feministas. Referimo-nos a essas pessoas como mulheres “comuns”, ou mulheres “anônimas”, não como um desmerecimento, mas porque elas não são marcadas pela ideia de autoria ou pela ideia (um tanto anacrônica) de vanguarda que, ainda hoje, marca a movimentação feminista. Essas mulheres migrantes comuns, articulando ou não a categoria “feminista”, fazem mais que se apropriar das aspirações do feminismo; elas agem estrategicamente de maneira a fazer funcionar os ideais feministas no âmbito de sua experiência circunscrita através de investimentos particulares que modificam suas vidas e as ambições de outras mulheres de suas comunidades: elas agenciam feminismos.

Francesca, 64, conta que migrou depois que sua filha migrou, que sua filha mais velha, que *puxou a mim*, diz, foi para a Itália e:

o que aconteceu com a minha filha? Quando ela estava lá não fazia dois ou três meses, menina!, ela engravidou. En-gra-vi-dou [sem planejar]. Ele [o companheiro da filha] chorava porque ela conseguiu logo emprego. Por ela ser loira, sabe, assim. E ele, por ser homem, ele não conseguiu logo emprego. Então era ela que tava mantendo ele e ela grávida. E ele ia e olhava ela, vendo ela trabalhar fora, ele chorava. Chorava de monte. Porque ele não suportava ver aquilo. Ela grávida e trabalhando. Então ele chorava e dizia: vamos embora! Mas ela é pior do que eu. não, eu fico aqui! Eu fico nessa terra, eu vou ter uma filha italiana, nós vamos conseguir. Ela é persistente.

Na perspectiva dela, se sua filha, que *puxou* a mãe, conseguiu migrar e encontrar trabalho mesmo grávida, por

que ela, e seus tantos anos de experiência, não conseguiria? Valquíria, 42, que *sempre trabalhou como um homem*, no dizer de seu irmão, conseguiria. Na maneira de ver dessa família, não havia do que duvidar: se seu irmão pode, ela, que *trabalha como um homem*, também poderia. Ela conta: *Comecei com meu irmão, na construção [nos Estados Unidos] [...] agora montei minha construtora [em Içara], tô abrindo uma loja de materiais de construção também, já tudo do mesmo ramo*. Valquíria nos contou também que muitas mulheres do seu bairro resolveram migrar por causa dela: *de certo elas viram que eu fui daí pensaram 'vou também, né'*. Também Diana, 39, articula algo da mesma ordem. Ela nos contou que todas as suas *amigas estavam indo*, que *não tinha mais amigas aqui*. Se é certo que as amizades se estabelecem, em geral, movidas por sentidos de identificação e paridade, é certo que Diana pensou que, se elas conseguiram, ela também conseguiria. Ticiania, 33, conta que foi para os Estados Unidos porque sua amiga de infância tinha ido para a Inglaterra, tinha trabalhado lá um ano, que *não juntou dinheiro*, mas que *voltou cheia de histórias fantásticas*, que *voltou viva e sem um arranhão*. Uma vez mais a lógica do exemplo incentivador se repete. Há aí uma rede. Mas uma rede com um sentido diferente daquelas redes migratórias de ajuda, já bastante narradas e analisadas nos estudos migratórios. O que lemos nessas narrativas e trazemos aqui é uma rede de incentivo, de exemplos, de reformulação de possibilidades de vida, de criação de novas subjetividades, de dobras do saber sobre o que seria próprio para as mulheres.

Essas mulheres, portanto, agenciam feminismos porque inauguram conscientemente um novo modo de existência para si a partir de suas relações de identificação com outras mulheres implicadas em atividades que infringem a ordem familiar normativa. Em suas falas, elas articulam discursividades transgressoras, ainda que combinadas com noções da cultura hegemônica. Há que se considerar, também, que nossas entrevistas não tratam exatamente de falas livres, afinal, chegávamos com uma pergunta preparada e um gravador na mão. Trata-se de falas elaboradas com um propósito diferente das outras falas, das falas informais, anunciadas em outras ocasiões, pois, quando elas dão uma entrevista, estão mais preocupadas em validar suas narrativas, em contar histórias de vida coerentes e um passado exemplar que será preservado. Não raramente, elas interrompem suas histórias para dizer: *minhas filhas estão aí pra provar*, Francesca, 64; *meus filhos estão de prova*, Valquíria, 42; *tivemos um filho maravilhoso que está aí hoje* [e isso seria a prova do sucesso da experiência migratória], Diana, 39.

As contradições discursivas que se apresentam nos relatos não invalidam umas às outras, mas somam-se, reforçam-se, porque o que procuramos não é um teste-

munho da verdade, mas os modos como essas mulheres produziram a si mesmas. Além do mais, processos de subjetivação são sempre conflituosos e, por vezes, contraditórios. Por exemplo, Diana, 39, nos contou, durante a entrevista, uma história de Cinderela – que conheceu seu marido italiano quando chegou na Itália; que ele *se apaixonou* por ela, que ele *a tirou das brasileiras malvadas* com quem ela morava; que *largou um relacionamento de sete anos* para casar com ela; que *viajou para o Brasil para casar* com ela perante a família dela; que *ele nem falou nada pra família dele, senão a mãe dele dava um infarto*. Porque *estrangeira, né, sabe, é uma coisa meio forte, né*; que tiveram um *filho maravilhoso* e são casados até hoje – também nos contou, em outra visita mais informal, que seu esposo é um *grosseirão*, que quer se *separar* dele, que ele *a proibiu de estudar e trabalhar*, que a família dele nunca a aceitou, que *a gente sempre sente que alguma coisa não é igual e que a minha única felicidade é vir para o Brasil nas férias, guria*. A questão não é que uma discursividade “revela” o tom fantasioso da outra, a questão é notar que as duas são válidas e verdadeiras para o trabalho que estamos tentando fazer aqui. Aqui, nosso papel é elaborar sentidos, ensaiar possibilidades de interpretação e perceber que o processo migratório de Diana foi norteado por uma questão precisa: o casamento.

Ela nos contou que saiu do Brasil porque não queria casar, que *não queria casar assim tão novinha*, mas, afinal, queria casar; que, quando chegou na Itália, conheceu seu esposo, que era *o homem mais lindo que eu já tinha visto na minha vida*, e que, afinal, o encontro com ele fez valer a sua viagem, que serve como uma espécie de prova de que a decisão de migrar foi acertada; mas também que ele *a proibiu de estudar e de trabalhar* e que, por isso, hoje ela depende dele financeiramente. Ora, o discurso é calculado para convencer e seduzir. Diana joga com as possibilidades que se apresentam para ela e, ainda que articule discursividades que os movimentos feministas se organizaram para combater – a ilusão da Cinderela, por exemplo –, ela joga com suas chances ativamente, decide, se move, elabora, articula a cultura como pode, se produz com as normas culturais, mas colocando em discurso práticas de transgressão: sim, ela é uma Cinderela, ao menos no discurso que ela quer oferecer, mas migrou porque queria alongar mais um pouquinho sua solteirice *festeira* (*sempre fui festeira!*, diz) e se livrar de ser obrigada a escolher um parceiro marital dentre os homens da sua cidade. Afinal, ela queria casar, porém *não assim tão novinha*. E casar era o destino que já tinha sido preparado para ela pela cultura local. É difícil contrariar tal norma, mas ela sempre pode ser negociada, esticada, reeditada.

Depois de conhecer o *marido*, ela conta que viajou para o Brasil e que seu pai a proibiu de voltar a menos

que o tal italiano viesse se casar com ela aqui: *e encontrei o meu futuro marido! Ficamos um ano e meio juntos. Mas aí eu vim pro Brasil. Mas o pai disse: não, se tu vai embora pra Itália, ele tem que vir aqui pra casar contigo. E ele veio e casou comigo e a gente voltou.* Ela relata que esta era uma exigência do pai, mas talvez essa fosse uma vontade dela de nos convencer de que ela era uma moça “de família” e que o marido realmente gostava dela. Ela não menciona nenhuma objeção do pai quando ela decidiu ir para a Itália muito jovem e seguindo os passos de uma mera parceira de festa, que ela conheceu na *Oktoberfest* em Blumenau. Apresenta-se como Cinderela, mas uma Cinderela diferente, que joga e lida com as normas sociais de maneira inventiva. Diana *festou* bastante antes de se casar e decidiu “perder os sapatos” bem longe de sua cidade natal. Desejou, decidiu e arriscou: *Foi coragem. Era tão jovem, meu Deus!*

Falando em festas, falemos de Francesca, 64, uma amante de bailes. Perguntada sobre a viagem, falou uma longa hora sobre suas três filhas, sobre como elas são e sobre sua responsabilidade pelo fato de elas serem como são. Famosa costureira em Siderópolis, narrou como conseguiu que suas filhas fossem consideradas pessoas distintas na cidade: *as minhas filhas sempre foram tidas aqui pelos outros, na visão de como elas se vestiam, como meninas patricinhas, ricas. Porque eu nunca fui rica, entende. Mas elas foram tidas como ricas, pois eu vestia elas sempre muito social.* Deu exemplos para mostrar como suas filhas eram meninas exemplares e citou uma vizinha que lhe disse certa vez: *o meu maior sonho era ser amiga da tua filha. Isso me deixou grande, claro, pela moral, né, pela boa moral que as minhas filhas tinham, por eu ser uma mulher separada, pela boa moral que elas tinham.* Conta que fez questão de que elas estudassem em colégio particular:

já que estamos falando que eu sou separada e que fiquei com as minhas filhas, então, eu as criei, as eduquei como eu pude, só com o meu trabalho da costura. [...] O que eu não tive eu sempre quis dar pra elas. Eu não estudei em colégio bom, colégio de freira, aquela fama. Às vezes me perguntavam por que eu não botava no estadual, mas eu dizia: não, eu quero botar no [colégio particular]. E se de repente um dia eu não deixar nada pra elas? Eu hoje tenho só uma casa pra morar. Pelo menos eu deixo a herança do estudo. Se um dia elas não tiverem um marido, não conseguirem sobreviver e ter que morar junto pra depender do marido porque tu não tem como sobreviver, eu disse: por que daí vai fazer o quê? [...] Então, eu disse, pelo menos elas têm uma profissão e não vão morrer de fome.

Tantas delongas para finalmente começar a relatar os motivos da migração apresentam, pelo menos, dois

horizontes de possibilidades explicativas que, pedindo paciência, passamos a descrever. O primeiro é enfático e direto:

aí chegou a vez da mais nova fazer a faculdade. Passou no vestibular. E foi indo, foi indo, eu tinha um dinheirinho. Mas chegou uma hora eu pensei: bah, eu acho que não vou conseguir. Eram quatro anos de faculdade. Ai!, meu Deus do céu, não vai dar. E eu não queria vender a minha casa, que era essa aqui do lado, imagina, ficar sem casa! E ainda consta, ainda é minha casa. Aí eu disse: vou pra Itália, né, vou lá com a tua irmã.

Essa é a explicação, digamos, “oficial”, e é verdadeira para o nosso estudo tanto quanto todas as demais explicações, ainda que contraditórias. Francesca, afinal, é uma *mamma* italiana, sempre fui muito leoa com as minhas filhas, e ela se coloca no centro da configuração familiar: a filha mais velha viajou porque aprendeu a ser decidida e trabalhadora com ela, *porque ela é assim, eu digo que ela é um demônio no bom sentido: ela é pau pra toda obra! Aquela é dá aula aqui, dá aula lá, ajuda a cuidar da casa... Ela é tipo eu: ela tem que se movimentar, se movimentar. Puxou a mim. E subo e desço, caminho...*

Mas uma *mamma* somente se afasta das crias por um motivo muito bem justificado. E ela deixou a filha mais nova, a *minha caçulinha, o amor da minha vida*, por um motivo preciso, que foi pagar os estudos dela. Ela repetiu isso várias vezes, talvez para que ficasse bem claro para nós, e também para ela, que ir para a Itália e deixar a *caçulinha* não era de maneira alguma uma falha do seu “instinto leoa”, mas uma decisão movida por um motivo nobre, de mártir. Algo semelhante com o que fez um tal de padre Pio, de quem ela falou entusiasticamente, que era um santo padre italiano, cuja fotografia enfeitava a estante justamente ao lado de sua própria fotografia tirada nos primeiros dias em que esteve na Itália. Ali estava ela: uma blusa vermelha e uma pose sensual, combinando com as árvores arqueadas que emolduravam a cena e combinando, também, com a descrição que ela fez de si na época da viagem:

na época que eu tinha os meus quarenta, cinquenta anos e ainda tava enxutona, então aparecia [pretendentes]. Quando eu fiquei com as meninas, que deixei de ter outros homens [...] uma vez veio um na minha casa [...] a gente foi para um baile, porque a minha diversão maior é baile [...] Mas aí, continuando, quando ele entrou em casa, na sala, nisso a minha filha menor veio, ela devia ter uns 10 anos e fazia uns quatro ou cinco anos que eu estava separada, aí ela veio e deu boa-noite pra nós. Menina, eu fiquei gelada. Não pela minha filha, pois ela foi bem educada, mas eu pensei: mas o que é que eu tô fazendo? O que

é - que eu tô - fazendo? Botando homem dentro da minha casa, sabendo de tudo que acontece. Entre pais e filhos que acontece. E eu botar um padrasto dentro da minha casa com as minhas meninas que tão começando a criar os mamilos? Pronto. Não quis mais saber de homem. [...] Aí eu disse: não, eu não vou botar homem até que eu tiver uma filha mulher dentro de casa. Não me arrependo. Porque pelo menos não aconteceu nada.

Ela conta que não teve namorados no Brasil porque não queria, pois poderia ter tido se quisesse, afinal, era *enxutona*, o que está “comprovado” na foto que ela arranjou cuidadosamente na sala de visitas. Segundo ela, não foi somente sua vida de trabalho um sacrifício pelas filhas, mas também o vazio da sua vida afetiva. Perguntamos a ela se a viagem não teria sido, por acaso, motivada também pela *vontade de conhecer novas pessoas, novos lugares*. Mas ela foi enfática e quase ríspida:

Não. Eu não pensei em nada, em conhecer, não me interessava, eu queria pagar os estudos da minha filha. E depois eu pensei no meu futuro, claro, porque aí tu fica sozinha, tu diz, eu não tenho um homem por mim, eu não tenho, eu tenho que me virar. [...] [na Itália] arranjei um namorado italiano muito bom. Mas não dá, porque ele não queria vir pro Brasil, sabe. [...] Mas namorado de baile tinha outros. Lá era eu e a mãe do marido da minha filha, que tem 70 anos, e nós viramos amigas, íamos no baile juntas. E ela tá lá ainda. [...] Ela namora gente mais jovem. Ela namorava... ela teve cada namorado, aquela mulher... guria do céu!

E leva a mão ao peito e aperta os lábios suspirando. Lemos nessa narrativa, não nas entrelinhas, mas na própria fala dela, na maneira como ela organizou o discurso, que ela migrou para poder pagar os estudos da filha, mas, também, porque viu ali uma possibilidade para ela mesma: *pensei no meu futuro*. A ordem e a medida de importância dos motivos, não há como saber. Mas sabemos que eles coexistem no discurso dela.

Não fizemos perguntas a respeito de sua vida afetiva, apesar de gostarmos muito desses assuntos. Mas ela compôs sua resposta para nossa pergunta sobre as motivações da viagem irradiando justificativas a partir desses dois pontos: a educação de suas filhas e sua vida afetiva. *Quando eu fiquei com as meninas que deixei de ter outros homens*, diz. Mas, na Itália, esquivou-se dos olhos dos outros. Em cidades pequenas, há olhos por todos os lados, que observam as roupas de suas filhas, que, pelo

seu trabalho, se tornaram meninas distintas. Mas roupas, afinal, são um símbolo. Não era exatamente das roupas que ela estava falando, era da *moral*, da *boa moral que as minhas filhas tinham, por eu ser uma mulher separada, pela boa moral que elas tinham*. E em nome dessa *moral* tão custosa, *não vou botar homem até que eu tiver uma filha mulher dentro de casa*. Mas, na Itália, *arranjei um namorado italiano muito bom [...] Mas namorado de baile, tinha outros [...] porque a minha diversão maior é baile*.

Francesca se diz *separada* e é sensível ao julgamento alheio. Mesmo assim, joga com as possibilidades que se apresentam para ela e, ainda que articule discursividades que os ideais feministas se prestam para combater – o destino de mãe exemplar que renuncia liberdades pela honra familiar, por exemplo –, ela é protagonista de sua própria história, decide os rumos de sua vida, reelabora a cultura à sua maneira, articula normas culturais para se produzir subjetivamente, mas colocando em discurso práticas transgressoras: sim, ela é uma super-mãe que viajou numa espécie de sacrifício pela filha, mas ela queria que a filha estudasse para que *não dependesse de marido* e fosse autossuficiente como ela. Nos dias em que vivemos, querer que uma filha estude e seja independente não soa mais como transgressão. Mas não é só isso. Na fala dela, também escapa um desejo amoroso, de ter namorados, *um homem que me amasse e me valorizasse*, coisa que não era possível aqui, perto dos guardiões da *moral*, perto da *filhinha*, por questões de segurança da honra familiar, mas que foi vivido lá: *íamos no baile [...] porque a minha diversão maior é baile*.

Falando baixinho, Valquíria, 42, articulou um discurso choroso, que nos fez chorar também, e contou uma vida de sofrimento. Sabíamos que ela tinha atravessado duas vezes a famosa e arriscada fronteira sul dos Estados Unidos e, por isso, estávamos ali. Perguntada sobre os motivos da viagem, ela começou assim: *mas, se eu contar a minha vida, é um livro, tá. No passado é triste. Querem que eu conte desde o meu ex-marido? Posso contar, não tem problema, todo mundo sabe. Querem que eu conte desde o começo, desde que eu casei? Fizemos um sinal afirmativo e ela continuou: minha vida é assim: me chamo Valquíria. Pode botar o meu nome verdadeiro.⁶ Tenho 42 anos, tenho quatro filhos. Vivi aqui na Içara minha vida quase toda. Vim morar na [um bairro de Içara] com 5 anos, cresci aqui, me casei, tive uma vida sofrida com meu marido, tive meus quatro filhos. Eu não fui feliz no meu casamento. Meus filhos estão de prova que ele me batia muito, gostava de beber, e eu fui infeliz. Chegava em casa e ele me agredia, me batia. [...] É sofrida minha vida.*

⁶ Optamos por contrariá-la e escolhemos um nome fictício para ela, pois ela manifestou essa vontade no início da conversa e não sabia exatamente como seria o desenrolar da entrevista.

Em 3 horas, ela repetiu a última frase dezessete vezes. De fato, é difícil negar o sofrimento de ser agredida pelo companheiro e atravessar a fronteira ilegalmente. Mas articular toda a fala sobre esses dois fatos, quando ela poderia ter escolhido tantos outros eventos para dar o tom de sua narrativa, faz sentido quando se nota que ela vivia numa comunidade pequena e de valores tradicionais, tão tradicional que ela *apanhava* [do companheiro] *na frente de todo mundo* e ninguém se manifestava em sua defesa e que arranjou como solução se arriscar num projeto migratório e deixar com a cunhada as três filhas e o filho, uma ainda bebê. Quando decidiu viajar, segundo ela, convidada pelo irmão que já estava nos Estados Unidos, comunicou seu projeto na fábrica onde trabalhava como costureira e ouviu das colegas: *tu é louca, tu vai abandonar teus filhos!* Ao que ela replicou: *eu vou. Porque não é vocês que tão passando trabalho! Vocês têm marido bom, vocês têm família. E eu não, eu tenho quatro filhos pra sustentar e eu quero dar uma vida melhor pra eles. E eu fui.*

Ela enfatiza muito o sofrimento que passou, em especial as agruras que enfrentou nas duas vezes em que fez a travessia para adentrar os Estados Unidos irregularmente, mas isso não quer dizer que não tenha tido prazeres na vida. O relato detalhado do seu sofrimento é estratégico para provar para nós, para ela, para as filhas e o filho que ela realmente não tinha outra saída, que arriscou a vida por suas crianças e que não se trata de um “abandono”, mas de um ato de amor e necessidade. Ela é mãe e tenta se adequar a tal papel como pode, mas do seu jeito. Valquíria desdobra as possibilidades que se apresentam para ela e, mesmo articulando práticas discursivas que nós feministas queremos combater – que a vida de uma mulher sem marido é tão sofrida quanto a vida de uma mulher com um marido violento, por exemplo –, ela joga ativamente, toma decisões, escolhe, se move, recompõe a cultura como pode, produz subjetividades, apropriando-se de normas culturais, mas colocando em discurso práticas de transgressão: sim, ela é uma mulher que se coloca como sofredora e vítima, envolta em lamentos e choramingos, mas ela decidiu desfazer uma estrutura familiar padrão e foi buscar o que achava que a vida lhe devia.

De fato, ela teve motivos reais para chorar: agredida pelo companheiro e pelas adversidades da fronteira, ela foi maltratada e presa por três meses. Não é nossa intenção negar isso, mas mostrar que a narrativa dela circundou o fato de que ela se considerava uma pessoa *muito sofrida* e que ela poderia ter escolhido um outro mote norteador do seu discurso. Mas talvez ela tenha escolhido esse sentido para a narração de sua vida porque sabe que uma mulher que decide se separar de suas crianças é condenada em nossa cultura – *tu é louca, tu vai abandonar teus filhos!* – e que, portanto, a decisão e o projeto migratório dela traziam

um tanto de transgressão. Para nós, atravessar a fronteira irregularmente é um ato de transgressão, mas não para ela. Esse é um acontecimento comum e bastante conhecido na região. O grande invento dela foi deixar a sua cidade e as suas crianças porque se negava a viver aquela vida de perseguições do *ex-marido*. Não há como negar que ela desobedeceu às normas sociais e fez o que pôde por uma reivindicação de liberdade.

Por sua vez, Ticiania, 33, não esconde seu deboche das normas sociais:

eu tinha essa amiga que tinha morado fora e ela conhecia vários lugares, várias pessoas, a noite lá era diferente, o pessoal pensava diferente. Como eu tava em Criciúma, que todo mundo falava de todo mundo, todo mundo conhecia. Lá [no distrito de Washington], como era grande [...] Pra mim aquilo era o máximo! As boites eram diferentes, as boites. Era legal pra sair, ninguém nunca vai falar nada. É que tinha a sensação que eu já tava manjada lá em Criciúma e daí eu tinha que ir pra um lugar diferente, entendeu?! Pra aprontar tudo de novo! [risos] fui também por causa disso, porque eu queria conhecer alguma coisa diferente, porque essa minha amiga tinha falado bastante coisa.

Ela demonstra bastante clareza quando relata os objetivos da viagem. A cidade de origem tinha ficado pequena para ela e não oferecia mais novidades para suas aventuras amorosas. Mas não há como saber se ela de fato pensava assim naquela época ou se o faz somente agora e em comparação com a experiência de ter morado numa cidade maior. Sabemos, no entanto, que hoje ela se preocupa em se apresentar como uma mulher namorada e liberada. E se ela se apresenta assim, é assim que ela é.

Conta que tinha uma *conhecida* de baile e que *soube por um amigo em comum que disse que ela tinha ido. Mas eu só encontrava ela nos bailes* [de uma banda local]. *Então eles me deram o endereço, eu mandei uma carta perguntando se eu podia ficar na casa dela, uma carta escrita à mão mesmo, em 2002, daí ela falou que eu podia ir. Daí eu liguei uma vez pra ela pra confirmar tudo. E fiquei na casa dela.* Não há como negar que Ticiania estava movida por uma certa ousadia, talvez “efeito da juventude”, como se costuma dizer, talvez confiante de que era uma pessoa de sorte por ter conseguido o visto de entrada em seu passaporte, mas talvez porque ela preferia qualquer coisa a continuar sob o controle da sua mãe e do seu pai.

Ela diz que queria ter ido antes, *só que o pai não deixou. A única vez que ele falou alguma coisa na vida* [risos]. *Ele tinha medo que eu ficasse lá e que eu não terminasse a faculdade. Porque não foi fácil eles pagarem a faculdade pra mim e eu não tinha como trabalhar porque o curso era*

integral. E, quando terminou a faculdade, foi apoiada por uma tia que apoiava seus ideais libertários: quem me deu o dinheiro foi a minha tia. Eu tinha acabado de me formar, eu não tava trabalhando ainda e eu não tinha nenhum vínculo aqui, sabe. Eu não tinha namorado, não tinha... não tinha nada que me prendesse aqui. [...] Se eu ficasse ali eu ia começar a trabalhar, ia ter que voltar a morar com os pais. Foi por isso também. Foi por isso! Porque o problema maior é quando tu sai uma vez de casa.

Durante a entrevista gravada, ela nos contou que trabalhava na indústria da faxina nos Estados Unidos. Desligado o gravador, talvez se sentindo mais confortável, conversando sobre outros assuntos, mais triviais, criando conosco certa intimidade, ela fala que detesta fazer serviço de casa. Imediatamente a provocamos: *como é que é? Tu detesta fazer serviço de casa e disse que adorava morar nos Estados Unidos mesmo fazendo faxina? Fala isso no gravador!* E ela dá uma risada desaforada seguida do seguinte comentário:

Não! Eu odeio ficar em casa, odeio fazer as coisas de casa para ho-mem. Eu odeio ter que cozinhar pa-ra ho-mem. Nunca fiz e não faço até hoje. Por exemplo, outro dia dei um fora num cara simplesmente porque ele disse: e aí, é hoje que tu vai fazer aquela lasagna pra mim? Porque eu não suportava ver a minha mãe esquentando a comida pro meu pai. Ela tinha que parar o que ela estava fazendo pra ir pra casa esquentar a janta pra ele. Porque nem isso ele fazia. Quando ela se atrasava, ele ficava sem comer esperando na sala fazendo cara de brabo. Porque ele nem esquentar a comida ele esquentava.

E a entrevista terminou exatamente como começou. Começamos pedindo que ela nos desse algumas informações de si, como idade e profissão, por exemplo, e ela partiu do seguinte: *moro aqui [em Florianópolis] há sete anos, sou natural de Criciúma, fiz faculdade de fisioterapia. Me formei em Tubarão, 2002, e depois fui pros Estados Unidos. Não sou casada, namorado também não. Uns peguetes [namorados casuais] de vez em quando sim [risos].* Ela traz a questão do casamento, do casamento de sua mãe e do fato de que ela própria não era casada. Ora, o que há de mais transgressor que uma mulher que é dona do seu corpo e da sua vontade? Sim, ela teve privilégios em relação às nossas outras autoras-falantes: foi para a faculdade, tinha liberdade para ir a vários bailes e escolher os homens com os quais queria sair, tinha uma tia rica que a ajudou com o visto e o dinheiro para a viagem. Mas, ainda assim, há que se reconhecer que ela também joga com as normas culturais, protagoniza sua vida de maneira original, decide, arrisca, se move, elabora, articula a cultura

como pode, produz a si própria com as normas culturais, mas colocando em discurso práticas de transgressão: ela migrou para se sentir ainda mais livre, para ter os *peguetes* que quisesse sem se preocupar com o falatório alheio, não se casou e se orgulha disso, viajou sem se importar com o pai contrariado, se negou a repetir a estrutura familiar que considerava abusiva para sua mãe.

No projeto migratório de Ticiania, 33, fica evidente que suas intenções ultrapassavam a regra do empreendimento econômico. Ela planejou a ideia de ganhar dinheiro para comprar um apartamento dentro da estratégia para conseguir se esquivar do controle dos olhos dos outros e escapar de um futuro armado para a continuidade da ordem familiar: casar, para ela, significava servir a alguém. E ela se negava a continuar participando da lógica servil que aprendeu em casa. Mas também as outras narradoras deixam escapar projetos individuais misturados às justificativas econômicas. Francesca, 64, três filhas, não pôde pagar a faculdade das duas filhas mais velhas. Mas fez questão de pagar a da mais nova, que já não era tão nova assim e poderia cuidar de si sozinha, e concluiu que migrar era uma boa ideia. É claro que ela contou com a ajuda da primeira filha, que já estava na Itália, mas, dentre várias possibilidades, ela resolveu que viajar seria a melhor. Também Valquíria, 42, que se arriscou na construção nos Estados Unidos, nos contou que *dinheiro mesmo eu consegui aqui com a herança das terras do meu pai que agora fiz os lotes, porque lá tu ganha, mas não tanto.* Ela precisava mesmo de dinheiro naquela época, pois tinha quatro crianças, mas entre outras possibilidades que poderia ter arranjado, escolheu migrar, ir para bem longe. Foi e voltou e foi de novo. E Diana, 39, que conta que viajou porque queria dinheiro para fazer a faculdade, conta também que *nunca gostei de estudar. Lá no [colégio] eu passava tudo na base da cola.* Mesmo *colando*, ela não deixa de ser sagaz: quem negaria a validade da sua justificativa?

Joan Scott (1999) argumenta que a experiência narrada já é uma interpretação e precisa de interpretação e o que se conta como experiência não é nem autoevidente, nem definido, mas sempre contestável e político. A partir dessas considerações, compreendemos que ao analisar a memória da experiência, não há como encontrar uma narrativa sobre a sociedade, o público, o político; e outra sobre o indivíduo, o privado, o psicológico; porque a experiência se dá no imbricamento de todos esses âmbitos e é na experiência que se constituem os sujeitos. Tudo o que nossas narradoras trazem ao discurso é pensado dentro de uma estratégia para convencer e seduzir nossa escuta e é feito sempre em jogo com o elas viveram depois da experiência narrada, afinal, as memórias se refazem constantemente. Além disso, suas narrativas também vêm misturadas com as narrativas que elas ouviram de outras pessoas que vive-

ram experiências semelhantes, bem como com um certo saber social compartilhado sobre experiências migratórias, saber que emprestam vez e outra para dotar suas falas de coerência e credibilidade.

Hoje, é possível pensar como a sujeita se constitui na experiência, como somos efeito e produto de processos de subjetivação e não um dado em essência. Estamos, afinal, considerando a narrativa oral como um processo e reconhecemos que estamos implicadas no resultado da entrevista, pois contribuímos com sua criação por meio de nossa presença, de nossas perguntas, de nossas reações. Nós, perguntadora e perguntada, nos observamos durante um encontro mediado por um gravador e um caderno de anotações. Não era nossa intenção recolher memórias como se elas fossem dadas, já prontas à nossa espera, afinal, não há fonte que preexista à pesquisa. Tampouco esperávamos nos colocar numa posição de quem chegava para ouvir um testemunho, ou um depoimento, ou para arrancar uma verdade da pessoa que nos falava. No entanto, reconhecemos que a entrevista é uma relação de poder: a pesquisadora é quem diz o que as palavras significam, descreve as expressões daquela que lhe fala, seleciona o que é fonte e o que não é, decide quais trechos serão descartados e quais perguntas devem ser perguntadas. Mas, se mesmo a interpretação é parte de uma relação de poder, aquela para a qual dirigimos nossas perguntas poderia ter se recusado a responder e pode, ainda, ter brincado com nossas pretensões científicas. Mesmo assim, é a pesquisadora quem edita o texto e o organiza como uma verdade válida. Mas não pensamos que seja nossa obrigação transformar a transcrição da entrevista em um documento acabado, um tipo de relatório do que vimos e ouvimos, e também não tínhamos intenção de escrever algo que parecesse um romance. Tampouco nos dispusemos a fazer uma espécie de psicanálise circunstancial. O que pudemos fazer foi procurar, nas nossas fontes, formas de produção de subjetividade; interpretar o que nos foi dito considerando que aquilo pôde ser dito dentro de um contexto criado por nós através da proposição da entrevista; analisar o texto sabendo que somos também responsáveis pela produção e pela significação daquela memória. Se rememorar é um processo, nosso trabalho é procurar, nas memórias da experiência, como a pessoa que nos fala joga com a cultura e produz a si própria na relação com a outra pessoa, tornando dizíveis processos de constituição de si. Não se trata de uma retirada de informações, mas de interpretar como a pessoa que me fala reconstrói a própria subjetividade, como percebe a si própria e como percebe o olhar da outra pessoa, como se formula a partir de identificações, como ela entende o modo como se tornou o que é.

Saber o que aconteceu de fato é uma ilusão que já abandonamos há muito e o que nos interessa é saber como elas entendem que se tornaram o que são hoje: como Francesca se tornou uma matriarca, como Valquíria se tornou uma heroína, como Diana se tornou uma Cinderela, como Ticiania se tornou uma liberada cosmopolita, como elas se constituíram como mulheres, como inventaram formas de feminilidade. E, ainda mais, notar que elas jogam com as normas culturais, se apropriam delas quando convém, mas são inventivas, fazem diferente;⁷ seguem padrões, mas de maneira própria, reinventada; transgridem as normas até o limite da aceitação. Porque, afinal, elas têm desejos e projetos individuais, mas querem continuar em relação com os seus. Muito astuciosas essas mulheres.

Se vasculharmos a história de como se construíram definições para o feminino, encontraremos a ideia de imobilidade contrastada com a ideia de atividade masculina. O feminino, qualidade culturalmente atribuída às mulheres, traria consigo a ideia de passividade, imobilidade; ao passo que o masculino, historicamente construído como uma característica dos homens, significaria atividade, agilidade, protagonismo. Essas elaborações são artificios culturais concatenados à maneira dicotômica ocidental moderna de pensamento. É essa discursividade que as nossas narradoras atacam: elas se movem! Elas se identificam como mulheres e associam feminilidade a movimento. É claro que elas elaboram estratégias dentro das oportunidades que se apresentam para elas, mas, de algum jeito, elas desafiam a ordem. Migram nos rastros de alguém por causa das facilidades que isso representa, mas, também, porque essa é uma estratégia para contornar os perigos do rechaço social tanto contra si como contra suas famílias. Ir com alguém, por intermédio de alguém ou ao encontro de alguém é mais que uma estratégia de adaptação, é uma estratégia de resguardo contra a condenação alheia. Ora, ninguém precisa ler nenhum trabalho acadêmico para saber que as mulheres pobres que viajam, ou mesmo andam sozinhas são quase sempre associadas a prostitutas e que prostitutas são moralmente desvalorizadas na cultura em geral.

A historiografia da virada dos séculos XIX e XX nos mostra mulheres migrando predominantemente como filhas, irmãs ou esposas de alguém. Estudos antropológicos têm nos mostrado mulheres participando ativamente em processos migratórios na virada dos séculos XX e XXI. Em outras épocas, tal possibilidade seria uma raridade para uma mulher. É claro que essas possibilidades aparecem em composição com as facilidades de locomoção e a transnacionalização do mercado de trabalho. Mas essas possibilidades nada significariam sem o trabalho feminista pelo reconhecimento do direito das mulheres de andar por

⁷ Sobre o fazer diferente das pessoas comuns (Certeau, 1994).

onde quiserem, porque, afinal, mesmo para aquelas raras mulheres do passado que tinham dinheiro para poder andar por onde quisessem, seria difícil imaginar um lugar onde o *querer* pudesse se instalar, onde o *querer* pudesse escapar aos padrões culturais que impunham, e ainda impõem, restrições à mobilidade das mulheres.

As mulheres de quem falamos arruinam relações inventadas entre o feminino-imóvel e o masculino-ativo. Elas se entendem como mulheres e se dizem ativas. E esse acontecimento, essas possibilidades de uma mulher, mais que poder, querer migrar, se imaginar além das fronteiras, decidir um projeto migratório em causa própria, projetar um novo lugar para si, são tributárias da luta feminista.

Quando falamos de feminismo, partimos da ideia de que se trata de uma categoria aberta. Não há como encontrar coerência em uma definição acabada para o feminismo, dado que cada pessoa operacionaliza tal categoria de maneira particular. O feminismo, melhor anunciado na sua versão plural, tomado como *movimento*, pressupõe ações organizadas de promoção da igualdade (Scott, 2005, 2002). Mas estamos apostando na ideia de que os feminismos são também agenciados por atitudes individuais de pessoas “comuns” comprometidas com um desejo de liberdade. Arriscamos dizer que há uma intrínseca relação entre aquilo que decidimos chamar de um desejo feminista e um desejo migratório: os dois se constituem como práticas de liberdade.

Diversos trabalhos acadêmicos têm se dedicado a historicizar os movimentos feministas no Brasil (Pedro, 2006; Pedro e Wolff, 2010; Pedro, Wolff e Veiga, 2011). Rachel Soihet (2012) conta uma história dos *feminismos de primeira onda* no Brasil, mostrando as lutas pelo voto e as reivindicações pelo direito de maior participação na esfera pública desde o final do século XIX. Joana Maria Pedro (2012) ensina, na *Nova História das Mulheres no Brasil*, que os *feminismos de segunda onda*, que surgiram nos anos 1960, reivindicando o direito ao corpo e ao prazer, afirmaram que as relações entre mulheres e homens não são inscritas na natureza, mas são efeitos da cultura e, portanto, são passíveis de transformação. Pesquisadoras apontam que o feminismo ganhou força no Brasil encorajado por mulheres de classe média que fizeram viagens de estudo ou exílio nos anos 1960 e 1970 em países àquela época chamados “desenvolvidos” (Pedro, 2011). Retornadas, elas se organizaram, publicaram material teórico e manifestos articuladores de políticas feministas, reivindicaram direitos, promoveram ações que impulsionaram e abriram espaço para os diferentes movimentos feministas brasileiros. Neste período, houve grande divulgação das ideias feministas, ideias essas que foram apropriadas e reinventadas por muitas mulheres e por alguns homens.

Por certo que as mulheres que entrevistamos se apropriam desses ideais, mesmo que não se reconheçam como feministas. Elas são mulheres, se identificam como mulheres, mas se constituem como mulheres de um modo distinto daquelas mulheres do século XIX. *Ela é tipo eu: ela tem que se movimentar, se movimentar. Puxou a mim*, falou Francesca, 64. Elas se dizem mulheres corajosas, ativas, atravessadoras de fronteiras, construtoras, empreendedoras, profissionais, ansiosas por novidades, desejadoras, elas namoram muito, escolhem com quem casar, quando casar e se querem casar. E não são consideradas anormais por isso, como teriam sido se tivessem dito assim no século XIX. Há, hoje, um grande espaço aberto para que as formas de feminilidade articuladas por essas mulheres sejam consideradas legítimas, há um novo dizer de si como mulher, novas formas de subjetivação, novas formas de saber sobre o que é próprio das mulheres e do feminino. *Mulher, mulheres*, não são categorias fixas, mas flutuantes. Os sentidos atribuídos a essas categorias são sempre provisórios e cambiantes, se movem, se movem todo o tempo.

Na primeira vez em que visitamos Valquíria, ela nos aguardava sabendo da nossa pergunta de pesquisa. Nós a contatamos por intermédio de outra pessoa, também migrante, que havia falado dela. Afinal, ela é uma personalidade notória na região, mulher que atravessou ilegalmente a fronteira sul dos Estados Unidos duas vezes e que é, hoje, uma empresária do ramo da construção. Ao final da conversa, desligamos o gravador. Mas ela não parou de nos contar histórias fantásticas sobre sua vida movimentada. E nos convidou para tomar um café. *Fiz sonho, gostam?* – ela nos perguntou. E respondemos que sim, que também sonhávamos muito.

Referências

- ANTHIAS, F. 2000. Metaphors of home: gendering recent migrations to Southern Europe. In: F. ANTHIAS; G. LIZARDIS, *Gender and Migration in Southern Europe: women on the move*. Oxford, Berg, p. 15-49.
- ASSIS, G.; CAMPOS, E. 2009. De volta pra casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. *Tempo e Argumento*, 1(2):80-99.
- ASSIS, G. 2011. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis, Mulheres, 348 p.
- ASSIS, G. 2007. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas: seção temática gênero e migrações contemporâneas*, 15(3):1-2. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>
- BASSANEZI, M.S. 2012. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: C.B. PINSKY; J.M. PEDRO (ed.), *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 169-193.
- BUTLER, J. 1990. Gender Trouble. *Feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque/Londres, Routledge, 236 p.

- CERTEAU, M. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- DAUPHIN, C. 1991. Mulheres sós. In: M. PERROT; G. DUBY (ed.), *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto, Afrontamento, p. 478-493.
- D'INCAO, M.Â. 1997. Mulher e família burguesa. In: M.D. PRIORE; C. BASSANEZI. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 224-240.
- FOUCAULT, M. 2004. *A ordem do discurso*. 11ª ed., São Paulo, Loyola, 79 p.
- FOUCAULT, M. 1998. *A vontade de saber*. 14ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 152 p.
- FOUCAULT, M. 2011a [1981-1982]. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, Martins Fontes, 506 p.
- FOUCAULT, M. 2011b [1983-1984]. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. São Paulo, Martins Fontes, 339 p.
- LAQUEUR, T. 2001. *Inventando o sexo - Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 313 p.
- MALUF, M. 1995. *Ruídos da memória*. São Paulo, Siciliano, 305 p.
- NICHOLSON, L. 2000. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, 8(2):8-41.
- PEDRO, J.M. 2006. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, 26(52):249-272. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>
- PEDRO, J.M.; WOLFF, C.S.; VEIGA, A.M. 2011. *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Mulheres, 432 p.
- PEDRO, J.M.; WOLFF, C.S. 2010. *Gênero Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Mulheres, 296 p.
- PEDRO, J.M. 2012. Corpo, prazer e trabalho. In: C.B. PINSKY; J.M. PEDRO, *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 238-259.
- PEDRO, J.M. 2011. O feminismo que veio da França. In: J. M. PEDRO; A.C. ISAIA; C.DITZEL. *Relações de Poder e Subjetividades*. Ponta Grossa, Todapalavra, p. 49-67.
- PEDRO, J.M. 1994. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, UFSC, 210 p.
- PEREIRA, I. 2004. *As décadas: Prostituição em Florianópolis (1890-1940)*. Florianópolis, UFSC, 139 p.
- PERROT, M. 1991. Sair. In: M. PERROT; G. DUBY. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto, Afrontamento, p. 503-539.
- PISCITELLI, A. 2007. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. *Estudos Feministas*, 15(3):717-744. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300014>
- PORTELLI, A. 2010. *Ensaio de história oral*. São Paulo, Letra e Voz, 258 p.
- PORTELLI, A. 1996. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, 1(2):1-9.
- RAGO, M. 1995. Trabalho feminino e sexualidade. In: M.D. PRIORE; C. BASSANEZI, *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 578-606.
- RAGO, M. 1991. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 322 p.
- SALOMON, M. 2002. *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí*. Florianópolis, UFSC, 103 p.
- SCOTT, J. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 15(2):5-22.
- SCOTT, J. 1991. A mulher trabalhadora. In: M. PERROT; G. DUBY. *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Porto, Afrontamento, p. 443-475.
- SCOTT, J. 1999. Experiência. In: A.L. SILVA; M.C. LAGO; T. RAMOS (org.). *Falas de gênero: teorias, análises e leituras*. Florianópolis, Mulheres, p. 21-55.
- SCOTT, J. 2002. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1):11-30. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>
- SCOTT, J. 2005. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, Mulheres, 309 p.
- SOIHET, R. 2012. A conquista do espaço público. In: C.B. PINSKY; J.M. PEDRO, *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, p. 218-237.
- VENSON, A.M.; PEDRO, J.M. 2012. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, 15(2):125-139.
- VEYNE, P. 2008. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. 4ª ed., Brasília, UnB, 285 p.
- WOLFF, C. S. 1991. *As mulheres da colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900)*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 124 p.

Submissão: 05/10/2013

Aceite: 06/11/2013

Anamaria Marcon Venson
Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
Campus Universitário, Trindade
88040-900, Florianópolis, SC, Brasil

Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
Campus Universitário, Trindade,
88040-900, Florianópolis, SC, Brasil